

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 072

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JUNHO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Ademar Traiano e Beraldin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 020/2000

Curitiba, 05.06.2000

Senhor Presidente.

Vimos pelo presente solicitar de Vossa Excelência o obséquio de conceder a esta entidade sindical a oportu-

nidade de ocupar a Tribuna Livre na Sessão Plenária do dia 06.06.2000 (terça-feira próxima), para apresentarmos à presidência desta Casa de Leis, bem como aos Digníssimos senhores deputados, a situação da categoria dos servidores penitenciários e sua pauta de reivindicações.

O escopo deste pedido é de que nessa oportunidade possamos demonstrar realidade dos servidores do Sistema Penitenciário do Paraná, garantindo-se assim uma transparência de nosso movimento reivindicatório, e com isso precipitarmos a sensibilização dos senhores deputados para que empreendam esforços no campo político e legal, para que tenhamos êxito em nossa luta.

Como deve ser de vosso conhecimento, essa categoria não deteve outra opção, senão deliberar por uma Greve Geral por Tempo Indeterminado, como última alternativa para sensibilizar o governo do Estado para que seja instalada uma mesa de negociação, e se possa então, discutir e viabilizar a presente pauta reivindicatória.

Lembramos que formamos uma pequena categoria de 1917 (um mil novecentos e dezessete) servidores, entre técnicos de nível superior, auxiliares administrativos e agentes penitenciários, prestando serviços nas diversas Unidades Penais do Estado, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, nas cidades de Londrina, Maringá, Guarapuava e Capital do Estado.

Pertencente ao quadro geral do Estado essa categoria, assim como todas as demais, se encontra há quatro anos e nove meses sem qualquer reajuste salarial. Somando-se a esta situação o fato de haveremos deflagrado um movimento de Greve em 1997, o qual resultou em uma negociação cujo cumprimento do acordo firmado foi unilateral, de maneira que a categoria retomou as atividades normais e o governo não cumpriu com sua contrapartida no acordo.

Vale ressaltar que o Estado do Paraná é reconhecidamente, o Estado com melhor qualidade na área Penitenciária, sendo que são muito raros os episódios violentos no interior das Unidades Penais, constituindo-se em uma exceção à regra nacional, que mantém um quadro preocupante que diariamente se faz notícia nos meios de comunicação em nível nacional.

Segue anexa a este, nossa pauta de reivindicações, a qual já foi protocolada na Casa Civil, nas Secretarias de Justiça e Cidadania e da Administração, e até a presente data não pode ser discutida efetivamente, apesar de alguns esforços destes órgãos de governo.

Sendo o que se apresenta para este momento, subscrevemos o presente.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) ÍDIO DE LARA JÚNIOR
Presidente do Sinssp

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DATA DE 22.05.2000

1. Garantias das Gratificações na Aposentadoria.

2. Reposição Salarial de 41,14%.
 3. Aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
 4. Pagamento dos Precatórios 832/95 e 1010/98.
 5. Concurso Público para repor servidores.
 6. Aposentadoria Especial.
 7. Isonomia Salarial.
 8. Pagamento das Promoções por antigüidade.
 9. Pagamento de Serviço Extraordinário a todos os Servidores que trabalham em regime de escala.
 10. Estabelecimento de uma Comissão de Saúde.
 11. Pagamento imediato do terço de férias atrasado.
 12. Isonomia na Gratificação de Zona.
 13. Aumento da % do Serviço Extraordinário em escala de 24x48 ou escala de 24 x 72 sem prejuízo dos vencimentos.
 14. Ativação do Sistema de Saúde do IPE.
- Curitiba, 23.05.2000.
(a) ÍDIO DE LARA JÚNIOR
Presidente do Sinssp

OS MALES DA PROFISSÃO PENITENCIARISTA

Todo servidor penitenciário está submetido a uma série de problemas de ordem profissional que trazem conseqüências que afetam seu estado bio-psico-social e os leva a enfrentar difíceis situações na sua vida cotidiana como alcoolismo, a separação conjugal, agressividade, doenças generalizadas, como “stress”, quadros sérios de depressão, síndromes e até doenças mais graves que também decorrem de quadros de “stress”, como o câncer, somam-se a essas as doenças decorrentes da insalubridade do local de trabalho como a tuberculose, doenças de pele e viroses de toda a espécie.

Essas situações provocadas pelo exercício da profissão já foram exaustivamente e cientificamente comprovadas por cientistas de renome internacional.

Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), junto aos quais o Brasil é signatário, reconhecem a profissão penitenciária como uma das mais difíceis carreiras.

A partir desse reconhecimento e fruto de muitas lutas aqui no Brasil, por parte das organizações dos trabalhadores, foram possibilitados os adicionais pagos e que compõem a remuneração dessa classe de trabalhadores.

Contudo, apenas as compensações salariais não são suficientes para fazer do trabalho Penitenciário uma atividade, menos penosa, insalubre e perigosa.

Assim sendo, recomendam esses órgãos que os Sistemas Penitenciários nacionais, entre os quais está o Brasil na condição de signatário, busquem desenvolver estratégias de Recursos Humanos, novas tecnologias e

acompanhamentos técnicos constantes, no sentido de melhorar cada vez mais as condições do trabalho penitenciário.

Há que se registrar, que as condições do trabalho penitenciário repercutem diretamente na qualidade da Execução Penal enquanto atividade jurídico-social que visa a reeducação do apenado, portanto, as condições do trabalho penitenciário envolvem não só as relações do trabalho mas também as referentes a Execução penal e por conseguinte, à prevenção da reincidência criminal, fim maior do Penitenciarismo.

Fica explícito, portanto, que qualquer administrador que tenha compromisso sério e que almeje desenvolver uma boa Administração Penitenciária necessita considerar seu quadro funcional, propiciando as condições de trabalho necessárias ao bom desempenho da ação Penitenciária.

Note-se ainda, que é o dinheiro público que mantém tais serviços, mesmo que estes estejam terceirizados, como no caso da penitenciária Industrial de Guarapuava.

No entanto essas questões não são levadas em conta pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, pelo contrário, há meses vem submetendo servidores à pressões sob a alegação de remanejamento operacional”.

De um dia para o outro mudam a vida do servidor ou da servidora, sem qualquer comunicação, repentinamente são colocados à disposição de outras unidades penais.

Não se considera a organização do dia-a-dia das pessoas, suas equipes de trabalho, seu apego e dedicação à sua unidade de trabalho.

Que diferença de tratamento! Pois quando um preso vai ser “mudado de galeria ou cela”, recebe alguma satisfação por parte da Divisão de Segurança da Unidade.

Caminhando na contramão da atual perspectiva das relações de trabalho que desde a década de 80, vêm buscando nos programas de qualidade a ampla participação dos trabalhadores na busca de otimização do trabalho.

É óbvio que a forma desumana e despotista do tratamento ao qual o pessoal penitenciário vem sendo submetido, só irá prejudicar o bom andamento da atividade penitenciária.

Sempre fomos, apesar deles, o melhor Sistema Penitenciário do Brasil!

O que nos faz concluir que o terrorismo administrativo instalado não tem outra finalidade senão instaurar o caos, destruir o que foi construído ao longo dos anos para assim justificar a Onda de Terceirização que o governo já precipitou.

É de lamentar que pessoas pelas quais tínhamos tanto apreço, tenham se prestado a esse servicinho, ao preço da vida de nossos Servidores.

(a) SANDRA MÁRCIA DUARTE
vice-presidente do Sinssp

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 02 sessões do Projeto de lei nº 051/2000, item 07, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, à Presidência da Mesa Executiva, seja dispensados pela Assembléia Legislativa do Paraná, para a realização de Seminário sobre Revisão Constitucional, em 20 de junho de 2000, as dependências do Plenarinho da Assembléia, serviço de taquigrafia, impressão de folder e cartaz para divulgação do evento, serviço de segurança, serviço do cerimonial, bem como os préstimos da Procuradoria desta Casa para assessorar o evento.

A referida iniciativa se dá pelo fato de estarmos iniciando o processo de Revisão da Constituição do Paraná, e sentirmos necessidade de discutir amplamente com a sociedade, este tema que é da mais alta relevância para os paranaenses.

Neste sentido, os gabinetes dos deputados Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Cesar Seleme e José Maria Ferreira, se colocam como promotores do evento, solicitando a essa Presidência disponibilizar os meios necessários, acima elencados, para o bom desempenho dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, HERMES FONSECA, CESAR SELEME, JOSÉ MARIA FERREIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 184/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu, onde atualmente funciona a Escola para Surdos no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - O referido terreno está registrado no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu às fls. 142, do livro nº 3, em data de 07 de outubro de 1952, lavrada sob o nº 2.780.com os seguintes dados: área de

30X40 (trinta por quarenta) metros quadrados, ou sejam 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros quadrados dos lotes urbanos nºs 2 e 4 (dois e quatro), da quadra 15 (quinze), Zona "B", que confrontam ao Norte, com o restante dos mesmos lotes 2 e 4, pertencentes ao senhor Tarquínio Joslin Santos: a Leste, com parte do lote nº 6, pertencentes aos herdeiros de Mathias Petrs; ao Sul, com a Rua Belarmino de Mendonça, e ao Oeste, com a Rua Marechal Floriano Peixoto, existindo uma casa construída de madeira, com parede dupla, pintada a óleo, interna e externamente, coberta de alumínio, com doze compartimentos, duas áreas e outras benfeitorias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata o presente projeto de lei é propriedade do Governo do Estado desde 19 de agosto de 1952, e encontra-se cedido em regime de comodato para Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu, cuja instituição é a mantenedora da Escola para Surdos de Foz, sendo que a parte de construção foi feita pela Fundepar para os fins da escola especial.

O prédio foi construído para a demanda da época e hoje com número de alunos quase triplicado, tem ocasionado graves problemas de matrículas e na qualidade dos programas ofertados.

Como a única escola no gênero em Foz do Iguaçu atendendo também surdos de outras cidades circunvizinhas inclusive do Paraguai, necessita urgentemente de ampliação e a instituição não tem conseguido aprovação de projetos para obtenção de recursos junto ao MEC, por não ser proprietária do terreno, motivo pelo qual solicitamos a doação.

Isto posto e justificado, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 185/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg, Seção do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg, Seção do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com CGC nº 3.642.772/0001-15,

entidade sem fins lucrativos, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Títulos e Documentos, sob o nº 7.164, do Livro "A-4".

A referida associação, além de desenvolver atividades voltadas ao lazer e integração de seus associados, tem entre seus objetivos o aperfeiçoamento dos serviços notariais e registrais, bem como a divulgação de matérias jurídicas, informativas e formativas de interesse da classe, através de cursos profissionalizantes, congressos, simpósios, seminários, conferências, palestras e debates.

Os documentos em anexo comprovam que a Anoreg preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública, inclusive tendo mais de ano de funcionamento.

A simples leitura do Relatório de Atividades da Anoreg no ano de 1999, comprova que a mencionada associação presta relevantes serviços a comunidade, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei, no sentido de possibilitar que tenha a mesma suporte estatal na diversificação de programas de interesse da classe e ampliação de benefícios a população.

PROJETO DE LEI Nº 186/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Imprensa Oficial, obrigado a disponibilizar as informações constantes no Diário Oficial, na Rede Mundial de Computadores (Internet).

Parágrafo Único - As edições diárias, bem como as anteriores do Diário Oficial do Estado do Paraná, ficarão a disposição de toda a população, em arquivos de pesquisa a ser desenvolvido por corpo técnico competente, e alojados na página eletrônica do Governo do Estado na Internet.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER, IRINEU COLOMBO,
EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA,
ORLANDO PESSUTI, ANTONIO ANNIBELLI, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, EDGAR BUENO, JOSÉ MARIA FERREIRA, CAÍTO QUINTANA, PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O inegável desenvolvimento tecnológico em que estamos inseridos, aliado ao legítimo direito da população a ter acesso as informações constantes no Diário

Oficial do Estado, nos move a apresentar a presente proposição.

O advento da disposição de meios eletrônicos para a consulta de dados em todo o planeta, facilita em muito a vida da população, tal fato traz novas perspectivas e necessidades imprescindíveis no prosseguimento da vida moderna. O Estado do Paraná é hoje sem dúvida um dos Estados mais avançados do País com relação à velocidade de informações e de realização de negócios, cabe-nos então buscar novas alternativas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos a quem interessa. Movidos pela percepção do jornalista João Meassi que trouxe a necessidade da disponibilização dos dados do D.O., na rede mundial de computadores, pudemos buscar a realização deste projeto.

Sendo assim, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis, pela aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 187/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AAA-PAR - Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, com sede e foro em Curitiba/Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A AAA-PAR - Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, localizada à Rua Cândido de Abreu, 381, nesta Capital, é instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo principal apoiar as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Público do Paraná.

Dentro deste objetivo, desenvolveram-se diversas metas cuja finalidade é a preservação da documentação em âmbito estadual, já que o conteúdo do Arquivo Público registra e documenta a história do nosso Estado e de seus municípios.

A Associação também promove constantemente atividades em busca de despertar o interesse da comunidade pelo Arquivo Público e seu conteúdo, como uma forma de conservar, preservar e divulgar as fontes para a história.

Como é órgão de apoio, a AAA-PAR busca a captação de recursos junto às autoridades estaduais para o término da construção do prédio para a nova sede, já que o arquivo público encontra-se provisoriamente instalado no endereço acima, devendo transferir-se para a Rua dos Funcionários onde está sendo executada a nova construção.

Pela importância da instituição, comprovada pela documentação acostada, solicitamos a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 188/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, a senhora Ivete Terezinha Mion Bodaczny.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Ivete Terezinha Mion Bodaczny, tem pautado a sua conduta profissional, por exemplo de dedicação, filantropia e por um amplo princípio empreendedor.

Como representante oficial da Lateinamerika Zen-trun - Deutsch Brasilianische Gesellschaft, tem realizado importantes trabalhos de elevado teor social, no sentido de viabilizar através de fundações Alemãs, o desenvolvimento de projetos em diversas entidades filantrópicas no Paraná e no Brasil, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos mais variados segmentos da população carente e excluída.

Entre tantos projetos já realizados, enfatizamos o lançamento em Braille, de diversos autores paranaenses, viabilizando desta forma o acesso a cultura aos nossos deficientes visuais.

Pelo presente exposto, solicitamos aos nobres parlamentares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como Cidadã Benemérita do Estado do Paraná.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 007/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, com base no inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Decreto nº 1821, de 28 de fevereiro de 2000, do governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2000.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com a apresentação deste Projeto Decreto Legislativo garantir o cumprimento da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

O Decreto nº 1821, que ora pretendemos revogar fere frontalmente a Lei Complementar nº 76, quando em seu artigo 89 permite que concessões com prazo vencido continuem vigorando por mais 24 meses.

Precisamente no artigo 3º da Lei Complementar nº 76, verifica-se que as concessões e permissões de serviço público serão sempre precedidas de licitação na modalidade de concorrência pública, somente podendo ser dispensada esta nos casos prescritos em lei. Estas licitações serão publicadas em edital e os serviços estarão sujeitos a fiscalização do Poder Público com a cooperação dos usuários do serviço.

O que vem ocorrendo é que apesar da clareza do dispositivo legal as concessões obtidas vêm sendo prorrogadas aleatoriamente.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Finda a leitura do expediente.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para comunicar aos membros da CPI do Narcotráfico, pois o seu presidente deputado Algaci Tulio está ausente do Plenário; está chegando em Curitiba um traficante que encontra-se preso e que se propôs a dar declarações à CPI. Este traficante se diz ser traficante internacional de drogas. Nós, ontem à tarde e hoje pela manhã conseguimos com que o governo do Estado liberasse um avião para que a polícia fosse buscá-lo, para conduzir este cidadão recolhido no interior do Estado para a Capital. Deve estar desembarcando no aeroporto do Bacacheri, agora perto das 3:00 horas da tarde. O motivo da minha ausência na sessão vai ser exatamente este.

É o motivo da ausência do presidente da CPI, deputado Algaci Tulio, inclusive. Ele está mantendo contatos com o Poder Judiciário, porque a CPI Estadual do Narcotráfico deve ouvir este cidadão reservadamente agora à tarde, na sua chegada, perto das 3h30min. ou 4h00, não sabemos ao certo, no aeroporto do Bacacheri. Nós vamos ouvi-lo reservadamente e ele será transferido para outro Estado. Este entendimento foi da CPI do Narcotráfico. Nós levamos ontem, parte da tarde, da noite e parte da manhã de hoje para que isto pudesse acontecer. Então, ao mesmo tempo, na condição de Relator da CPI, convido todos os membros da CPI do Narcotráfico à convocação. Teríamos uma sessão pública, hoje, às 16h00, na Sala das Comissões, mas vamos transferi-la para outro dia, em virtude da chegada deste cidadão que se diz ser do tráfico internacional de drogas. Diz ele que tem muito a colaborar para com a CPI Estadual.

Então, os demais membros da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado estão convocados para comparecer ao aeroporto e de lá nós vamos para um local ainda

não determinado, para que possamos ouvi-lo junto com o Ministério Público.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado, deputado Ricardo Chab. E qualquer fato que ocorra de chamada nominal, esta Presidência determinará o abono das faltas de Vossa Excelência, que está em outra função.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro inscrito, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente Caíto Quintana, demais deputados presentes a esta Sessão Plenária, nossa saudação, também, neste início de conversa aos servidores do sistema penitenciária, que aqui comparecem para participar desta sessão Plenária de hoje. E nossa solidariedade a todos vocês, que nos últimos dias viveram momentos de grande aflição em função da rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Paraná.

Senhor Presidente, ocupo a Tribuna na tarde de hoje para em meu nome e tenho certeza em nome de todos os parlamentares desta Casa, registrar este dia 7 de junho. Sete de junho, como todos nós sabemos, é o dia em que se comemora a liberdade de imprensa. É o dia nacional da Liberdade de Imprensa. E todos nós que somos legisladores estaduais, todos nós que estamos na vida pública, todos nós que somos agentes a serviço da população deste Estado e deste País, tenho certeza de que todos nós temos consciência da grandiosidade em termos, hoje, a liberdade de imprensa. Posso afirmar isso, embora não tenha vivenciado e vivido intensamente o período pós Revolução 64, por que os anos mais pesados, os momentos mais terríveis do lado ruim que teve esta revolução ocorreram por volta de 1970 e eu era muito jovem e residia num pequeno município do interior do Paraná. Então, não tive a oportunidade de ter contato com toda aquela mobilização que se fazia e que hoje muito pouco se faz, dos diretórios acadêmicos, das entidades civis organizadas. Mas, mesmo não tendo tido esta oportunidade, tomei ciência e conhecimento de tudo aquilo que aconteceu no País, por nós considerado o lado ruim que teve a revolução militar de 64.

Todos nós sabemos os milhares de jornalistas e pessoas ligadas aos meios de comunicação que foram, por assim dizer, banidos da convivência, que foram retirados do seu dia a dia de trabalho, porque naquele momento nada se podia falar, nada se podia fazer, porque tudo se interpretava como sendo hostil à tranquilidade e à segurança nacional.

É evidente que a Revolução se perdeu pelo caminho. É evidente que muitas coisas se perderam na caminhada no Movimento Revolucionário de 64. Mas, a luta da imprensa, da boa imprensa, da sadia imprensa, mesmo amordaçada, mesmo espezinhada, mesmo massacrada, encarcerada, exilada, esta boa imprensa sobreviveu. E

sobreviveu para retornar como retornou e retornando pôde e pode prestar a todos nós, hoje, relevantes serviços na prestação de informações a todos nós, da sociedade brasileira.

Veja, por exemplo, a importância que teve a imprensa por ocasião do “impeachment” do presidente Collor de Mello. Veja, por exemplo, a importância que tem a imprensa, na divulgação, hoje, de todos estes atos irregulares que são praticados por aqueles que estão à frente da gestão pública, seja do município, seja do Estado, seja do governo Federal. Vejamos todos nós a importância da imprensa sadia e de qualidade que divulga e dá espaço a todos os movimentos que se organizam e que reivindicam seus direitos. E vejamos nós, aqui os parlamentares, a importância que tem a imprensa para todos nós no dia a dia divulgarmos aquilo de bom que estamos fazendo nesta Casa. É lógico que muitas vezes a imprensa, não analisando com maior profundidade, é lógico que muitas vezes o que se divulga não é a coisa melhor, não é a coisa boa, nem sempre se consegue produzir, muitas vezes não se consegue produzir e é bom até que se diga, pela má vontade ou pela tendência até de quem escreve uma notícia, não se consegue produzir e reproduzir uma notícia que seja a mais correta, a mais verdadeira, a mais aperfeiçoada.

Mas e muitas são as vezes que o espaço dos jornais, os microfones das rádios e o vídeo da televisão estão a serviço desta Casa e de toda a sociedade, para que possamos nós parlamentares prestarmos contas e darmos contas do nosso trabalho. por essa razão, senhor presidente, encerrando a minha participação em Pequeno Expediente, quero manifestar a minha alegria e a minha satisfação por hoje estarmos comemorando o dia Nacional da Liberdade da Imprensa. A liberdade da imprensa é necessária para que a democracia permaneça e se consolide, sem imprensa livre não existe democracia consolidada.

Passo a usar, se me permitir o senhor presidente, o horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Orlando Pessuti passa a usar o horário do PMDB.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Pessuti, o pronunciamento de Vossa Excelência lembra um dia muito importante para nós, e eu queria fazer aqui uma pequena ilustração da importância da liberdade de imprensa e ao mesmo tempo fazer uma homenagem aos nossos jornalistas aqui da Casa. Não serei eu que farei esta homenagem, mas lembrarei 1961, existia o deputado federal chamado Mário Martins, deputado federal pela UDN que era oposição ao governo Jânio Quadros, a incompatibilidade com UDN era muito grande.

Esse deputado Mário Martins resolveu renunciar o mandato de deputado federal pela UDN porque entendia

que o mandato era do partido e passou a militar nas hostes do PTB. Mas ele fez um gesto de grandeza e renunciou.

Na renúncia agradeceu a todos deputados, adversário, e fez uma menção muito importante aos jornalistas do Congresso Nacional, com a seguinte frase, que vale para os nossos jornalistas também: “Agradeço aos jornalistas que dão cobertura a nós deputados, aqui, nesta Casa, pois são eles os construtores anônimos de nossas glórias”. Foi uma frase que marcou muito. eu queria refletir com Vossa Excelência e deixar para os nossos jornalistas da Assembléia Legislativa do Paraná que são verdadeiramente os construtores anônimos das nossas glórias.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Irineu Colombo.

Sem sombra de dúvida, Vossa Excelência traz a reflexão nossa, de uma frase proferida há mais de trinta anos, quase 40 anos já, e que é atual, porque os jornalistas que no dia a dia estão aqui, representando cada um deles o seu veículo de comunicação, os que estão em nossos gabinetes parlamentares e os que estão espalhados por essa cidade, por esse Estado e por esse País, são aqueles que constroem a glória e o edifício parlamentar de cada um de nós.

E graças a essas pessoas, que prestam contas no dia-a-dia do trabalho desta Casa, e por conseguinte prestam conta do trabalho, que cada um de nós, individual ou coletivamente, realizamos nesta Casa.

São eles que fazem lá fora a imagem e a postura de cada um de nós, os parlamentares desta Casa.

Por isso, que podendo observar no período ainda do regime militar, como se amordaçou, como se prendeu, como se trancou, como se proibiu e como se cerceou a liberdade de imprensa nesse País, e podendo ver hoje a imprensa livre que temos a serviço da comunidade, eu não podia de forma alguma deixar de registrar esse dia, aqui na Assembléia legislativa, porque entendo que é da maior importância para todos nós, que somos democratas, que cultuamos e que praticamos a democracia no dia-a-dia, que continuemos a ter uma imprensa livre, democrática e transparente a serviço de toda a população.

Ao final, senhor presidente, já que estou no horário do meu partido, o PMDB, eu, mais uma vez quero, desta tribuna, manifestar a nossa solidariedade e preocupação com a greve dos professores no Estado do Paraná.

Todos sabem que a Bancada da Oposição, liderada pelo nosso eminente deputado Irineu Colombo, que o nosso partido liderado pelo deputado Nereu Moura e outros companheiros do PDT e do PSDB, que integram a Bancada de Oposição, desde o primeiro momento estamos solidários e apoiando a pauta de reivindicação dos professores. E, ao invés de estarmos aqui criticando apenas e tão somente o governo, temos procurado, junto à Presidência da Casa, à Liderança do Governo e as lideranças partidárias de partido que apóiam o governo, junto

com o professor Romeu Miranda, presidente da APP, de encontramos meios e condições, para que se estabeleça o diálogo pessoal do governador Jaime Lerner com o segmento dos professores e tenho certeza que haveremos de com a participação do líder do governo, do presidente desta Casa, do 1º secretário, deputado Hermas Brandão, com a intermediação do nosso líder, Irineu Colombo, haveremos de conseguir este diálogo, para que possamos ver as conquistas reivindicadas pelos professores, se não todas, pelo menos algumas delas concretizadas. E que o governo possa também conquistar o retorno às aulas dos professores, para o bem dos professores, para o bem do governo, mas principalmente para o bem dos alunos e dos pais dos alunos que estão incomodados, neste momento, pela falta de aulas.

Era isso senhor presidente, senhores deputados e mais uma vez nossos cumprimentos a todos os que atuam nos meios de comunicação, nos jornais, nos rádios, na televisão, pelo dia nacional da liberdade da imprensa.

O SR. SÉRGIO SPADA (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, queria comunicar a essa Presidência e à Casa que encaminhei ofício à direção da mesma, comunicando da possibilidade deste parlamentar em fazer parte da CPI, que apura o crime organizado e o narcotráfico, no Estado do Paraná.

Fiquei surpreso hoje, quando li os jornais, meu nome estava incluído como sendo indicado para fazer parte da comissão e, por motivos pessoais e também de falta de tempo, estou declinando, em fazer parte, como integrante desta comissão.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Nelson Justus*)

Será anotado, senhor presidente e solicitado à Presidência que indique um novo nome. No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Beraldin.

O SR. BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, pessoas que nos visitam na tarde de hoje.

Venho à tribuna nesta tarde, para trazer, mais uma vez, um assunto que tenho abordado aqui na Assembléia Legislativa, ao longo dos anos que aqui estou, que é em relação ao monopólio do transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná. Todos sabemos que se quisermos viajar para o litoral temos a Graciosa, para o Norte, basicamente a Garcia, ao Oeste, a Sulamericana, e a Princesa dos Campos faz aqui os Campos Gerais.

Não há concorrência entre uma empresa e outra e quando não há concorrência é fácil imaginar que não há a qualidade do serviço melhorada, não há a competição. No capitalismo moderno a livre concorrência é fundamental. E esta questão o governo do Estado não tem enfrentado de frente, como deveria fazê-lo. Mais de 90% dos contratos que existem, das concessões que existem, outorgadas pelo governo, estão vencidas. E o governo, o que faz?

Baixa um decreto do Executivo, alongando o contrato dessas empresas, por 2 anos. E este decreto fere frontalmente o artigo 89, da Lei das Concessões, proposta por nós, da Assembléia Legislativa, e aprovada por esta Casa.

Então, senhor presidente, senhores deputados, o que apresento na tarde de hoje é um decreto legislativo tornando nulo o decreto do Executivo, a fim de que possamos ver uma concorrência pública, aberta, franca, para que aqueles que querem explorar o transporte coletivo o façam dentro de critérios que são essenciais para uma população que vem reclamando o monopólio, que vem reclamando o alto custo das passagens, que vem reclamando aquilo que é o seu direito, o direito de escolher com quem viajar, se é com esta ou aquela empresa.

Então, senhor presidente, senhores deputados, apenas para lembrar à Casa que tramita, a partir de hoje - e espero que seja em Regime de Urgência esse decreto legislativo. Até porque a Assembléia não pode ficar calada com o ato do Executivo que fere frontalmente uma lei aprovada por esse Legislativo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Todos nós já assistimos indignados o que ocorreu aqui no Paraná e que já ocorreu em outros Estados da Federação.

Em nome do PDT quero dizer aos senhores dos Sistema Penitenciário que vocês são realmente heróis: pelo salário que recebem, pelo risco que correm. Principalmente quando um dos seus colegas de trabalho, num momento de desespero, pula ou é empurrado de uma altura que todos testemunhamos na TV, e teve a sua coluna cervical quebrada. Espero que Deus lhe devolva a saúde, e que o governador atenda as reivindicações que vocês desejam e que dê luz aos secretários de Estado, não só nos seus casos, mas aos professores que estão em greve de fome. A insensibilidade da secretária de Educação e do governador não encontram um resultado para que os professores, os alunos, os pais dos alunos sejam beneficiados com uma solução de encontro com a razão.

Estivemos lá na Casa do Jornalista entregando uma nota. E faremos uma nota igual a essa em nome do PDT para os servidores do Sistema Penitenciário. Essa de hoje, entregamos em mãos, àqueles professores que estão em greve de fome e a Diretoria da APP-Sindicato para contar conosco. Diz a nota:

(Lê):

Ilustres professores

É com grande apreensão e indignação que acompanhamos as políticas na área educacional do governo Jaime Lerner, cientes que isto representa a implantação do receituário do Banco Mundial para os países do ter-

ceiro mundo, bem assim da concepção dos países hegemônicos para manutenção da divisão internacional entre países ricos e pobres.

Acreditamos que a resistência de professores e funcionários da educação à implantação deste projeto é de grande importância, porquanto significa a possibilidade de retomarmos, em um futuro próximo, o desenvolvimento de um ensino condizente com as nossas necessidades de molde a possibilitar a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Para isso o PDT tem colaborado em todas as lutas em defesa do ensino público e se coloca à disposição dos trabalhadores da educação em mais esta empreitada contra o governo neoliberal alojado no Palácio Iguazu.

Aproveitamos para reiterar votos de estima e consideração.

Saudações socialistas.

(a) NELTON FRIEDRICH"

Estivemos em nome do Partido, não só dando um conforto pessoal e muito menos de palavra, mas um conforto espiritual àquelas pessoas que lá se encontram, debilitados pela insensibilidade de um atendimento que não precisa ser total, que seja parcial, mas que vá de encontro com a razão que todos desejamos.

Mostrei ao ilustre senhor Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, antes de subir a este plenário, o requerimento que envio ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Segurança, José Tavares, onde solicito dessas duas autoridades, a atenção à minha cidade de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

Diz o requerimento das viaturas que foram distribuídas em todo o Paraná e que infelizmente em nossa cidade não tivemos o privilégio que tiveram as outras, de receber equipamentos e principalmente viaturas para segurança. No mesmo requerimento, agradecemos a Sua Excelência o governador do Estado, o assentamento do investimento industrial, seja de capital nacional ou estrangeiro que Ponta Grossa, situando-se no corredor de exportação do Porto de Paranaguá, sendo a vitrine do Mercosul dos quatro países que compõem o Mercosul e agora, mais recentemente o Chile, oferece o melhor e maior entroncamento rododiferroviário para o assentamento de investimento, possuindo, além da sua localização, a especialização técnica com o Cefet, com o Senai, com o Sesi, enfim, dando um amparo técnico à mão-de-obra especializada que essas indústrias requerem.

Tenho a certeza que o Líder do Governo nos dará o apoio reclamado não por mim, mas pelo delegado-chefe da 13ª sub-Divisão, pelo nosso coronel Silva, Comandante do Batalhão da Polícia Militar que é responsável, não só pela segurança preventiva, mas é responsável pela cadeia Pública do Hildebrando de Souza que como a nossa Penitenciária, está superlotada, agregando presos de toda a região e principalmente de Irati, que Vossa Excelência representa, quando os presos amotinados de Irati incendiaram a delegacia e os presos foram remaneja-

dos à Casa de Detenção de Ponta Grossa, tendo uma capacidade máxima de 80 detentos e hoje se encontram lá mais de 187 homens com a condição subumana, sem ter meios de até, quando um dorme, outro levanta, não tendo espaço físico e dando mostras que o caminho é igual a esse que nós verificamos no Paraná pela falta de um pouco mais de direcionamento na questão penitenciária do Estado.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte e quero comunicar-lhe que em seu pronunciamento na última segunda-feira, Vossa Excelência já abordou a questão das viaturas que foram entregues à Polícia Militar do Estado do Paraná. Como Vossa Excelência colocou aqui, reclamações que a cidade de Ponta Grossa não estava sendo atendida, eu pedi ao secretário de Segurança, que determinasse uma verificação *in loco*, das necessidades lá existentes e eu não obtive ainda respostas do secretário, hoje estamos apenas na quarta-feira, mas pode ter certeza, que da mesma forma que Vossa Excelência agradece ao governador por essa questão da industrialização, Ponta Grossa será atendida também na área de segurança.

Quanto à questão do número de presos em presídios, este é um problema sério, grave e nacional. O governo do Estado do Paraná tem, numa ação inédita e implantada em Ponta Grossa, a Penitenciária Industrial em Guarapuava, que com certeza é a solução para os presídios do Brasil. Mas é claro que nos falta recursos para implantarmos mais presídios como aquele de Guarapuava que está dando muito certo, está dando bons resultados e que, certamente, num futuro bem próximo, implantado este projeto que o governador implantou em Guarapuava e em todo o Estado do Paraná, estará resolvido esse problema grave o qual concordo com Vossa Excelência.

Agradeço o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço pelo aparte e concedo aparte ao deputado Plauto Miró

O Sr. Plauto Miró

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero trazer a informação que, quando vimos o governo do Estado do Paraná começar a adquirir veículos para a Polícia Militar para que possa ser reestruturada a Polícia Militar e também a Civil dentro do Estado do Paraná, nos preocupamos e mantivemos contato com o secretário de Segurança, José Tavares. E ele deixou claro que a primeira etapa da compra de viaturas era num total de 115 veículos, sendo que, nesta primeira etapa, seriam beneficiadas Curitiba e Londrina. E realmente foram. Mas já está em processo de compra um número significativo de viaturas, mais de 85 viaturas vão ser compradas para a Polícia Militar do Estado do Paraná e a nossa

cidade de Ponta Grossa será contemplada com uma parcela desses veículos. Como Maringá será contemplada, Cascavel, Guarapuava, Foz do Iguaçu e outras cidades do interior do Paraná. Cada uma, podendo, desta forma, desempenhar um trabalho de segurança adequado como a população tanto espera.

Também, deputado Zuk, a Polícia Civil do Estado do Paraná, passa por uma mudança radical de onde temos uma ação do governo para a aquisição de veículos para poder reestruturar fisicamente toda Polícia Civil do Estado do Paraná e com recursos humanos. Estamos vendo aí a contratação de inúmeras pessoas que passaram através de um concurso público feito há mais de 2 anos, e que passa por um período, agora, de contratação para que possamos ter uma Polícia Civil melhor estruturada e uma Polícia Militar que também passa por esse processo de reestruturação.

A lotação do presídio é uma verdade. É uma situação que o País vive e que o nosso Estado também vive este problema. Que tem que ter uma ação nacional, estadual para que possa resolver esse sério problema de superlotação que existe nos presídios brasileiros. Espero que dentro de mais alguns dias, assim como o vi parabenizar o governo do processo de industrialização no município de Ponta Grossa, parabenizar o governo do Estado de recursos viabilizados através do FAT, da Secretaria do Trabalho, para que possamos aperfeiçoar a mão-de-obra, para que possam essas pessoas ter melhor acesso ao mercado de trabalho. E várias outras ações do governo na nossa Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais.

Tenho certeza que a área de segurança está passando um momento importante e vamos ter a resposta rápida do governo, estruturando a Polícia Civil e a nossa Polícia Militar, deputado.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço os apartes. Incluo mais um pedido da nossa cidade, da nossa região, acredito de todo o Paraná. O requerimento é dirigido à secretária Maria Elisa Ferraz Pacyornik.

(Lê):

“Senhor presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Administração, Maria Elisa Ferraz Pacyornik, solicitando providências quanto ao pagamento de contas em atraso junto aos hospitais, clínicas médicas, consultórios, farmácias e outros em Ponta Grossa.

Devido ao atraso nos pagamentos, os referidos departamentos não estão mais atendendo ou fazendo internamentos através do Instituto de Previdência do Estado do Paraná - e somente dois laboratórios estão realizando alguns exames. Os servidores públicos estaduais de Ponta Grossa e região têm de se deslocar até

Curitiba, caso necessitem receber atendimento médico-hospitalar.

Sala das Sessões, em 07.06.2.000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Deputado Estadual”

Não é admissível este estado de coisas, e ao finalizar acredito e tenho certeza que esse requerimento será aprovado, bem como colocamos, e acredito que aqui falo em nome desta Casa, aos servidores do sistema penitenciário, que arriscam as suas vidas, que não sabem se voltam ao seio de suas famílias, nas reivindicações justas, terão na pessoa do presidente Caíto Quintana, que ora ocupa a Presidência desta Casa, bem como da Mesa Executiva, o amparo e principalmente a mão amiga deste Poder em todas as reivindicações que encontram com a razão maior que é a família paranaense e seu bem-estar.

Muito obrigado, senhor presidente, obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores convidados que hoje assistem esta sessão aqui da Assembléia.

Para nós, acho que é uma consideração muito grande, acho que deveríamos fazer uma homenagem aos senhores.

Homenagem aos senhores porque os trabalhadores da Secretaria de Justiça, que trabalham no sistema penitenciário, seja do estado do Paraná, deputado Rossoni, seja de qualquer lugar do Brasil merece a maior consideração porque quem já frequentou uma delegacia, quem já frequentou uma penitenciária, mesmo por visita, deputado, sabe que os piores problemas da sociedade estão lá, e quem convive com esses problemas são esses trabalhadores.

E é preciso que a gente faça uma reflexão sobre a área da Segurança.

Vi a sua fala e a do deputado Plauto Miró, Líder do PFL aqui na Assembléia.

Primeiro lugar, o governador está distribuindo viaturas: segundo lugar, vai comprar mais viaturas para a Polícia Civil, e terceiro lugar, que construiu uma prisão-modelo em Ponta Grossa e Guarapuava.

Deputado Valdir Rossoni, nós precisamos fazer uma reflexão. O governador diz, insistentemente, que não pode negociar com os trabalhadores, servidores públicos do Estado, não pode negociar para dar um aumento de 1%, de 2% nos péssimos salários.

O governador diz que também não tem dinheiro para resolver o problema da superlotação dos distritos, das cadeias e sequer do sistema penitenciário.

Vamos fazer uma reflexão: a Detroit, Diesel, uma empresa que veio aqui para a cidade industrial, que é do Roger Pensk, o dono daquela escuderia de carros Pensk, da Fórmula Indy, há um ano e meio atrás veio aqui e recebeu do governo, 12 milhões de reais para pagar sem juros e sem correção daqui a dez anos.

Recentemente a Nissan anunciou que está pondo uma fábrica e o governo vai dar incentivos, mais do que incentivo, vai dar dinheiro para comprar o terreno, para fazer a terraplenagem, para ajudar a construir a fábrica.

E veja bem, os donos da Nissan chegaram a uma síntese, de certa maneira, ao povo paranaense e aos brasileiros de uma forma geral, que saiu publicado na Gazeta do Povo, dizendo que os contratados serão de origem nissei e que falem japonês.

Mais ainda, o governo diz que não tem recursos para atender 2%, por uma proposta de 2%, de 3%. Mas, há um mês e meio jogou para licitação, e já foi aprovada, 30 milhões de reais, deputado Rossoni, para a verba de publicidade do governo.

Pergunto: o que o governo do Paraná tem para fazer de publicidade na ordem de 30 milhões de reais até o final do ano? O que precisamos informar à população? O que nós precisamos informar à população e esta Assembléia precisa fazer é aprovar aqui as mudanças estruturais, não das motonetas da Polícia Militar, não dos veículos da Polícia Civil, mas precisa aprovar um novo sistema para reerguer a Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil do Estado do Paraná, sobretudo do ponto de vista humano. E para isso precisa aprovar as leis para a mudança do Estatuto da Polícia, precisa mudar do ponto de vista como funciona a Corregedoria da Polícia Civil no Estado do Paraná, por que senão, vamos continuar com o descalabro da Segurança Pública no Estado do Paraná da mesma forma, porque nada foi feito. As coisas continuam exatamente como eram antes, a não ser a mudança de consciência da população.

Senhor presidente, uso o Horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Presidência concede ao deputado Ângelo Vanhoni, o Horário da Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Ontem foi libertado o senhor Paulo Mandeli. Tem quatro professores que estão presos em São Paulo porque receberam acusação de terem feito um ato que é reprovável por nós, de terem agredido com palavras, socos e qualquer objeto, o governador do Estado de São Paulo; estudantes e professores na Praça da República, estão presos. O juiz da Central de Inquérito da Cidade de São Paulo não aceitou o *habeas corpus* aos professores e aos estudantes, sob o argumento que a liberdade deles poderia estimular a sociedade, e, sobretudo, os servidores que estão fazendo uma greve por melhores condições de trabalho e de salários, e que atos como aqueles que são

reprováveis por todos nós de agredir uma autoridade como o governador do Estado, estivessem sendo incentivados.

Ora! O que acontece com a justiça do Paraná? Um juiz dá o afastamento do Antônio Belinati. Um desembargador dá o *habeas corpus* para soltar o Antônio Belinati e reconduzirá-lo à Prefeitura. É preciso que um outro juiz, com mais coragem e com mais firmeza mande afastar o Antônio Belinati e é necessário com os mesmos argumentos que foram suficientes para um desembargador soltar o Antônio Belinati, isto é, devolver o cargo a ele, com os mesmos fundamentos um outro desembargador nega o *habeas corpus*, e o prefeito de Londrina que desviou, segundo Ministério Público, podendo chegar a 186 milhões, afastá-lo definitivamente da Prefeitura.

Aqui no Paraná acontece a mesma coisa. O senhor Paulo Mandelli, lojas de demanches de carros no Paraná inteiro, grande parte das peças não têm o número de identificação, a perícia criminal já identificou isso. Este senhor é tido como o rei do desmanche no Estado do Paraná. O Tribunal de Justiça deu um mandado de prisão temporária a este senhor e, mais ainda, deu um mandado de busca, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo telefônico.

Veja só, deputado Beraldin, sem sequer o senhor Paulo Mandelli ser ouvido antecipadamente pela justiça, o juiz o libera da prisão temporária. Não aconteceu só com o Mandelli, aconteceu com o senhor Ricardo Noronha, ex-delegado geral de Polícia do Paraná, aconteceu com todos os policiais acusados de vários tipos de crimes: extorção, tráfico de drogas, roubo de carros e alguns até com suspeição de homicídios como o caso do crime da estrada que vai para Garuva.

O juiz deu, rapidinho, para vários deles, o *habeas corpus*. O Tribunal de Alçada. E, é preciso que façamos uma reflexão a respeito do Poder Judiciário, sobretudo do Tribunal de Alçada, porque, via de regra, nas últimas questões que envolvem a classe política, empresários e policiais, o Tribunal de Justiça tem agido corretamente, motivo de orgulho e elogios por todos nós, no entanto esta correspondência não estamos encontrando no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, infelizmente. Esta reflexão a Assembléia Legislativa e a sociedade estão fazendo e vão continuar fazendo.

Me parece, deputado Valdir Rossoni, que, se o governador quer realmente reestruturar a área de Segurança do Estado do Paraná, não será com a compra de motonetas que iremos diminuir a criminalidade no Estado, será valorizando os procedimentos que têm nas Polícias Civil e Militar, para preparar os policiais do ponto de vista ético e do cumprimento das suas obrigações, sem tergiversar do ponto de vista do descumprimento das suas obrigações constitucionais.

E, não temos visto nada, nenhum gesto! O governador se mantém calado!

Os servidores públicos da Secretaria de Justiça demonstram a falência do Sistema Penitenciário do Estado e a gente fica se perguntando se está na hora de

fazermos propaganda. Será que podemos acreditar naquilo que o deputado Valdir Rossoni fala? Que o Paraná tem o exemplo do sistema penitenciário do resto do Brasil? Não adianta dizer que os problemas do Paraná são iguais aos do Brasil. Isso não resolve! O que resolve é que o governador pare de gastar dinheiro em coisas que não deve gastar e aplique naquilo que é essencial para a vida humana e para a sociedade paranaense. Invista em educação, invista no servidor público, construa um sistema penitenciário capaz de dar segurança à sociedade paranaense...

(Aplausos)

... construa delegacias para que não se mantenha em condições desumanas e abjetas aqueles que cometem delitos, se estão presos ou condenados aguardando processos na Justiça, nas delegacias de Curitiba, para aumentar a criminalidade ainda mais.

Não é este o sistema penitenciário que a sociedade deseja. É outro sistema penitenciário que possa colocar o cidadão que comete um pequeno crime ou um delito, que ele possa ser recuperado e inserido na sociedade. Onde estão os princípios éticos e humanos do governador, após quase seis anos de governo? Onde está o investimento na educação? Onde está o investimento das coisas fundamentais? Atender o dono da Renault? Os grandes empresários? O dono da Detroit? Tirar dinheiro dos contribuintes do Paraná e injetar nestas multinacionais? O governador foi célebre acreditando que isso iria resolver o problema do emprego. Doce ilusão! Não resolveu o problema do emprego e está aí o resultado: agravou, e muito, a situação social do povo do Estado do Paraná!

Espero que os deputados que apóiam o governo ponham a mão na consciência, saiam daqui e conversem com o governador para que abra uma perspectiva de saída, não para resolver o salário dos trabalhadores da Secretaria de Justiça, mas sobretudo e mais ainda, para resolver o problema do sistema penitenciário do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência solicita, como de praxe, no instante em que agradece a presença de todos que aqui estão com suas reivindicações, que suas manifestações sejam feitas exclusivamente por aplausos, deixando de lado os assovios, batidas de pé. Aplausos. A manifestação mais cordial que se pode ter.

O quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Ricardo Maia, com a palavra.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam. Hoje para nós há uma preocupação muito grande com relação aos servidores públicos, seja da União, seja do nosso Estado. Estamos caminhando para um momento onde talvez a falta de diálogo, a falta de planejamento, estamos caminhando para um momento muito difícil, seja no nosso Estado do Paraná,

seja no nosso País. Reconhecemos e temos uma preocupação no tocante aos servidores serem taxados, como estorvo de tudo o que ocorrer no nosso País e no Estado do Paraná.

Temos aí uma política do FMI, o qual levou nosso País a ter, nos últimos meses e nos últimos anos, um grande acréscimo de arrecadação de tributos, acréscimos recordes. E praticamente todo este acréscimo de arrecadação foi levado a pagamento de juros, atendendo ao FMI. Foram diminuídos recursos na área da Saúde, da Educação, em todas as áreas sociais do nosso País. E o Paraná não é diferente, também. Estamos numa fase difícil, preocupante. Reconhecemos, especialmente aqui hoje, os servidores do Sistema Penitenciário, porque há questão de 30 dias atrás estivemos numa reunião, na cidade de Maringá, e talvez até, alguns que estiveram naquela reunião estejam aqui, hoje.

Mas vimos que é uma situação difícil, perigosa, desgastante, depressiva, que vimos pessoalmente quando participamos de uma reunião ouvindo os senhores do sindicato e o servidor do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Temos aí também os professores, o qual muito nos preocupam, porque temos milhares de crianças aguardando a volta às aulas, os pais preocupados, todos filhos de trabalhadores sem condição de correr para escola particular, para a escola paga.

Então, é uma preocupação muito grande que temos no caso dos servidores. Temos um carinho muito grande, porque presidimos uma empresa pública e desde o primeiro dia nosso na empresa, tratamos todos os servidores com todo respeito e carinho, como eles devem ser tratados, para que eles possam tratar a nossa comunidade, para que possam servir melhor à sociedade paranaense, porque se o servidor hoje estiver com litígio com o governo do Estado, com a União, temos aí o caso do INSS com as aposentadorias paradas, se o servidor tiver, no caso os professores, com o nosso governo do Estado, ficaremos numa situação difícil porque a sociedade está aí esperando a nossa parte, a parte do governo, seja o governo estadual ou seja a União. É uma preocupação muito grande.

E nós, novamente reiteramos aqui desta tribuna, para que possamos abrir um canal de negociação firme, com os sindicatos e com os servidores do nosso Estado do Paraná, porque temos dificuldades de diálogo, seja com a Secretaria de Administração, há uma dificuldade grande de diálogo, há uma dificuldade com outros secretários também. Isso nos preocupa muito, devemos nos preocupar porque a situação está ficando cada vez mais difícil, se caminhar assim...

Peço o Horário do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Eu ia comunicar que Vossa Excelência passa a usar o Horário da Liderança do PSB.

O SR. RICARDO MAIA

Obrigado, senhor presidente.

Então, a nossa preocupação, reitero aqui aos colegas deputados, ao nosso Líder do Governo, Valdir Rossoni, incansável deputado que tem feito aí uma grande luta, para que possamos abrir aí esse canal aí esse canal porque recebemos também do Sindicato da Secretaria de Agricultura, e o melhor caminho aí é termos um canal direto de negociação para que os servidores, aqueles que realmente trabalham, aqueles que cumprem com as suas obrigações, sejam tratados com dignidade e com respeito, com toda a condição para que eles possam dar à sociedade paranaense essa condição

Também queria aproveitar a oportunidade e dizer da nossa satisfação, de o governo convocar os concursados da Polícia Civil do Estado do Paraná. Desde o nosso primeiro dia aqui na Assembléia Legislativa puxamos uma briga por conhecermos aí, e visitando as delegacias vimos a grande deficiência de recursos humanos. E nós sempre cobramos, o governo do Estado convocou, e por esses dias irão se apresentar inúmeros concursados, investigadores e escrivão da Polícia Civil do Estado do Paraná, que a partir de 1º de julho estarão à disposição da Secretaria de Segurança. Aí teremos recursos humanos para, juntamente com os bons policiais civis, com os bons escrivãos do Estado do Paraná fazer um grande trabalho que a comunidade precisa na área da Segurança.

Tivemos em Maringá a semana passada, com a CPI do Narcotráfico, inúmeros policiais civis envolvidos com crime organizado da nossa região Noroeste do Estado do Paraná, de Maringá, de Umuarama, Paranavaí, Campo Mourão, do deputado Nelson Tureck; não só da cidade de Maringá, inúmeros policiais civis foram afastados, outros estão respondendo processos administrativos. Esses novos concursados, sangue novo, pessoas que passaram por todas as etapas do concurso irão se juntar aos bons para que possamos, por intermédio de recursos humano, de pessoas, fazer aí uma grande mudança na Polícia Civil, como disse o deputado Vanhoni, é a nossa polícia judiciária que muito necessita, para que possamos fazer aí uma grande limpa no Estado do Paraná. E nós teremos, a partir do dia 1º de julho, 900 novos policiais à disposição da Segurança Pública no Estado do Paraná; só na cidade de Maringá serão 58 novos, 40 novos investigadores, 18 novos escrivões. É um número excelente no que tange hoje à 9ª subdivisão policial de Maringá, de toda a região de Maringá, tem aproximadamente 70 membros, só agora teremos 48 novos. Desses 70, mais de 20 estão afastados respondendo processo administrativo.

Então, encerro aqui, senhor presidente, senhores deputados. Esperamos, tenhamos fé e esperança que o governo abra esse canal de negociação para que nós possamos, todo aquele servidor paranaense, servidor do Estado, aquele que cumpre o seu horário de trabalho, aquele que trabalha, tenha ele da nossa parte e parte do governo todo o respeito e dignidade, e que façamos então nesse canal de negociação, aquilo que possa ser feito para que ele possa atender bem a sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Antes de darmos início ao Grande Expediente dessa sessão, esta presidência tem a satisfação de, no instante que saúda os integrantes do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciária do Estado do Paraná, os senhores as senhoras, os jovens, aqui, presentes em nossa sessão, de reafirmar uma vez mais que a Casa Legislativa do Estado do Paraná foi, é e será, indiscutivelmente, um espaço, democrático e aberto às manifestações populares, para que aqui as entidades possam trazer as suas preocupações e reivindicações.

Queremos conceder a palavra, por quinze minutos, se necessário poderemos fazê-lo por mais à vice-presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, Sandra Márcia Duarte.

(**Aplausos**)

A SRA. SANDRA MÁRCIA DUARTE

Senhor deputado Caíto Quintana, digníssimo representante desta Casa, presidente neste momento, senhores deputados, aqui presentes, meu povo, minha gente, é com muita gratidão que vejo o nosso povo aqui reunido e agradeço a essa Casa por mais essa oportunidade. Lembrando sempre que para nós esta é a Casa do povo. É aqui, que por direito constituído e instituído, entendemos que deva sair a defesa dos interesses de todas as categorias, não somente os servidores públicos, mas de toda a população em geral. Entendemos que é aqui que teremos a resposta aos problemas sociais que aí se encontram. E é por isso que trago aqui a minha categoria. A minha apresentação já foi feita e gostaria de apresentar a minha gente.

Senhores deputados, se os senhores pudessem voltar um pouquinho e vislumbrar esse povo que está aqui reunido, essa gente deveria estar dentro de uma unidade penal, trabalhando. Essa gente deveria estar com os seus direitos mínimos já garantidos e por direito constituídos não precisaríamos estar aqui, fazendo uso da palavra, para vir fazer esse pedido e apresentar as nossas reivindicações. Alguma coisa aconteceu nesse percurso, alguma coisa de muito ruim, que faz com que tenhamos que abandonar os nossos postos de trabalho e vir apresentar os nossos rostos, a nossa fala e as nossas reivindicações.

É muito difícil, senhores deputados, trabalhar aqui e falar, até porque a eloquência dos senhores é sempre muito competente e não temos esse poder de argumentação e de diálogo. Gostaria, para caracterizar bem o meu povo, os nossos trabalhadores penitenciários, falar um pouco da nossa realidade e do que passamos, embora eu tenha visto na fala de muitos deputados, aqui, nos quais agradeço, há uma sensibilidade, se não por parte de todos ainda, mas já de alguns há uma sensibilidade com relação à nossa categoria, trabalho e reivindicação.

Senhores deputados, somamos 1.917 servidores, temos 1.318 que trabalham diretamente com o serviço de segurança, que são os nossos agentes penitenciários; 175 são técnico de nível superior e 524 pessoas a nível administrativo. Os salários dessa gente, base, de um agente penitenciário é de 228 reais. Gostaria de repetir: um agente penitenciário tem um salário-base de 228 reais. Um técnico de nível superior, um psicólogo, um assistente-social, um pedagogo, um advogado, tem hoje um salário de 586 reais e um administrativo, o nosso salário-base é 149 reais, ele já está bem abaixo do mínimo.

Gostaria de chamar o nosso companheiro, para que se levantasse na plenária, Mário Kiovosk. Por favor, Mário.

(**Aplausos**)

Esse funcionário que os senhores agora estão aplaudindo e os nossos nobres deputados estão vendo, não é nada mais do que um dos reféns, não é nada mais do que um daqueles que ficou ontem sob estoque, sob cassinetes, sob a fúria de 1500 estrupadores, latrocidias, assassinos que muitas vezes reiteravam dizendo que nada mais tinham a perder.

Estes funcionários, senhores, com este salário de 228 reais, estão aqui para trazer o seu apoio, para ver se com isso sensibilizam esta Casa, esta Presidência, para que de fato, a partir de hoje, deste momento, traga para nós o seu apoio, converse com este nosso governador que não nos ouve, que não nos fala, que não nos dá retorno e diga-lhe que precisamos ser ouvidos.

Ontem, quase perdemos 11 de nossos servidores: este departamento penitenciário muito bem lembrado pelo deputado Rossoni, é um dos melhores do Brasil.

Um exemplo brasileiro, sim, com certeza, deputado, mas não em função do exercício do governo do Estado em manter essa segurança, mas em função do trabalho desta gente.

São estas pessoas que, apesar deste governo, mantêm essa penitenciária em pé. E se esta Assembléia não está tomada por mais gente é porque a maior parte dos nossos agentes penitenciário estão dentro da penitenciária central, agora, neste momento, fazendo um levantamento das perdas, das coisas que aconteceram, dos desgastes, para saber de que forma poderemos voltar lá e continuar nosso trabalho.

É este agente penitenciário, este servidor penitenciário que tem o desgaste que tem esta unção, de trabalhar com 1.500 presos, numa escala absurda de 24 por 48, onde 24 horas ele permanece em atenção. Há quem diga que ele dorme. quero saber se há alguém aqui que consiga dormir um minuto sequer, sabendo que tem 1.500 presos lá, articulando uma forma de fuga. Estas pessoas não tem os seus 2 dias de folga como quer parecer, porque é preciso fazer “bico”.

Este salário não nos permite ter um único trabalho, é preciso trabalhar como vendedor, como vigilante, como segurança, é preciso fazer um trabalho extra porque o

salário não permite que estas pessoas tenham uma vida digna.

Nosso trabalho, senhores deputados, é considerado pela OIT como uma das atividades mais perigosas, penosas e desgastantes. Nem isso parece sensibilizar o governo.

Temos pedido, reiteradas vezes, para que eles nos atendam, para que nossas reivindicações sejam aceitas e até agora não tivemos uma resposta objetiva, uma resposta concreta. Temos feito uma romaria ao Palácio, temos feito uma romaria ao deputado Rossoni, que tem tentado, conosco, alguma coisa há que se levantar isso. Mas nem assim, deputado, conseguimos ter as nossas reivindicações atendidas.

Qual é a nossa situação, senhores? Há 3 anos atrás fizemos um movimento de greve, tivemos um acordo assinado pelo então chefe da Casa Civil, Giovanni Gionedis. Até hoje aquele acordo não foi cumprido, senhores. Levantamos a nossa greve, retomamos as nossas atividades profissionais e o governo, mais uma vez, não honrou com aquilo que é da sua responsabilidade.

Mais uma vez tivemos que sair de dentro das penitenciárias para vir pedir justiça, para vir pedir salário justo, para vir pedir condições de trabalho mais digna.

Esperamos que, desta vez, o governo venha se sensibilizar, porque o que aconteceu agora é muito mais sério do que na ocasião passada.

Daquela vez retomamos nosso trabalho, a cadeia estava como deixamos. Desta vez senhores, a cadeia foi completamente destruída. O Paraná nunca passou por isso, é o total desmonte do Estado, eu não entendo o que de fato acontece, neste governo, o que de fato se prioriza!

Não se prioriza Educação, não se prioriza Saúde, não se prioriza Segurança!

Qual é a propriedade deste Governo? Eu não consegui entender nestes 6 anos. Pedimos reiteradas vezes que o governo não nos levasse à greve.

A greve não é solução, para mim, a greve é sempre desgastante, e o governo tomou até algumas providências, no meu ponto de vista reacionárias, quando proibiu o desconto em folha fragilizando os sindicatos e as entidades sindicais e mesmo assim o sindicato está aí em pé tentando levar as necessidades dos servidores penitenciários.

Pedimos que a greve não fosse deflagrada pedimos que o governo abrisse uma mesa de negociação e que iríamos negociar trabalhando. Porque sabíamos o que poderia acontecer com uma paralisação.

O governo pagou o preço. Há um servidor penitenciário que provavelmente nunca mais volte a caminhar. Aquela penitenciária vai exigir dos cofres públicos um dinheiro muito maior do que se o governo tivesse trabalhado de uma forma preventiva. E aquela penitenciária estaria em pé e continuaria sendo o orgulho desse Estado como sempre foi. O que dizer hoje? Fomos cobertos de vergonha, vimos a nossa cadeia se incendiar. Vimos um

funcionário público rolar de um muro de 15 metros de altura diante dos olhos do governo, do Brasil e do mundo.

Quantas cenas mais terríveis teremos que apresentar até que este governo se apresente e diga que assumiu definitivamente este Estado?

Não é possível ficar calado. Ver o nosso estado ruir aos nossos olhos. Foi-se a nossa Copel, a nossa Sanepar, o nosso Ipe, a nossa educação e agora o nosso sistema penitenciário.

No meu ponto de vista o discurso neoliberal da parte de um governo é assumir a incompetência administrativa e administrar aquilo que sempre foi o papel do Estado desde que este Estado foi criado.

Gostaria de apresentar a nossa pauta de reivindicações. Ela é justa, legítima e não é descabida. estamos pedindo 41,14% de reposição salarial. este é um dado levantado pelo DIEESE. Estamos pedindo as garantias das nossas gratificações na aposentadoria. Hoje temos insalubridade e periculosidade. Quando nos aposentamos saímos com o salário-base de 228 Reais. Temos servidores que já passaram do tempo de aposentar, não têm mais condições de estar lá, mas estão, por não poder se aposentar. Isso não é justo. Ele perde as vantagens quando se aposenta, quando mais precisa dos recursos é aí que o Estado lhe tira. Estamos pedindo aposentadoria especial. É um direito, está na Constituição Federal. Estamos pedindo um plano de cargos, carreiras e salários. Por quê isso?

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Concedo o horário do meu partido para que ela continue a sua fala.

Muito obrigado!

A SRA. SANDRA DUARTE

Essa atitude, deputado, por nós eu agradeço e ela só reitera essa impressão que temos sempre do seu trabalho e da sua sensibilização com o servidor público.

Nossa pauta pede ainda esse Plano de Cargos e Carreiras.

Hoje nós temos nas nossas direções, nos nossos cargos comissionados, pessoas que não são da nossa carreira, algumas sensíveis, algumas coerentes, mas nem sempre conhecedoras daquele trabalho penitenciário, nem sempre conhecedora da nossa dinâmica, nem sempre sabedoras das nossas necessidades e isso causa transtorno sempre. Isso sempre nos prejudica. São alguns verdadeiros pára-quedistas que vêm buscar as nossas vantagens, que vêm buscar as gratificações e isso nos atrapalha porque o nosso trabalho penitenciário não se profissionaliza. É preciso um plano de carreiras para que tenhamos, de fato, uma profissionalização do servidor penitenciário.

Nós pedimos que esse plano aconteça e com a máxima urgência. O que eu preciso dos senhores deputados, então? Não há dúvida. Já foi a minha fala. É aqui que os problemas sociais devem ser pensados, analisados.

Estou pedindo pelos mínimos sociais, não só para a minha categoria que pede dignidade de emprego, a minha categoria que pede respeito ao seu profissionalismo, a minha categoria que pede um salário justo para poder comer. A minha categoria hoje está dividindo marmita, a minha categoria hoje não tem dinheiro para transporte. São reivindicações que parecem absurdas, mas esse povo hoje tem dificuldade para pôr a comida na mesa, há cinco anos sem receber um mínimo reajuste. Como é que o governo espera que esse povo continue mantendo as penitenciárias exemplares do Paraná, se não recebem nenhum tipo de benefício, se não recebem do governo qualquer atenção, qualquer consideração em respeito ao seu trabalho?

É isso, senhores deputados, que vimos pedindo nessa Assembléia, apresentar à Presidência nossa pauta de reivindicações, consubstanciada, explicando cada detalhe do nosso pedido, cada detalhe das nossas reivindicações e dos nossos porquês.

Gostaria, para finalizar, de ler para a nossa categoria aqui e para os senhores deputados, uma Moção de Apoio que recebemos dos médicos psiquiatras do Complexo Médico Penal que não podem estar aqui conosco, porque devem estar lá agora, garantindo os serviços mínimos, essenciais, tal qual nós nos comprometemos.

Diz o seguinte:

(Lê):

“Paralisação dos Psiquiatras Clínicos
do Complexo Médico-Penal

Curitiba, 5 de junho de 2000.

Em reunião realizada na data de 02.06.00, os médicos psiquiatras responsáveis pelo serviço de Psiquiatria Clínica do Complexo Médico-Penal decidiram apoiar o movimento de greve dos funcionários da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, por entender como justas as pretensões dos grevistas. Enquanto durar o movimento, os médicos psiquiatras estarão presentes em seus horários normais de trabalho, mas limitarão suas atividades aos casos de urgência e emergência.

Tal decisão encontra-se amplamente respaldada pelo Código de Ética Médica, que em seu artigo 24 garante ser direito do médico “suspender suas atividades, individual ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para o qual trabalhe não oferecer condições mínimas para o exercício profissional ou não o remunerar condignamente, ressalvadas as situações de urgência ou emergência, devendo comunicar imediatamente sua decisão ao Conselho Regional de Medicina”. O mesmo código de ética, em seu artigo 23, também assegura ao médico o direito de “recusar-se a exercer sua profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar o paciente”.

De fato, desde há muito estamos alertando as instâncias administrativas superiores sobre as precárias condições do Manicômio Judiciário, sem que o Estado, até o momento, se prontificasse a dar qualquer solução

aos graves problemas levantados. Não obstante o zelo da atual Direção Geral e Administrativa, a falta de vontade política do governo do Estado vem condenando o Manicômio Judiciário a uma situação progressivamente insustentável e anti-ética. A lista de problemas abaixo retrata de forma insofismável a veracidade dessa afirmação.

1) O Manicômio Judiciário, que deveria ser uma unidade de tratamento de doentes mentais não tem aprovação da Vigilância Sanitária para funcionar como hospital psiquiátrico. Essa situação surrealista, por si só, desnuda a negligência do Estado para com aqueles forçados a se colocar sob sua custódia.

2) A Farmácia do Complexo Médico-Penal também apresenta condições de funcionamento, segundo as normas da Vigilância Sanitária.

3) Existe um déficit crônico de material de limpeza, que aliado à péssima estrutura física da Unidade e à superpopulação de pacientes, tem mantido as condições de higiene dentro de um nível crítico.

4) Faltam estoques de medicamentos essenciais, resultando em contínuas e inaceitáveis interrupções no tratamento. Pior ainda, a falta de um arsenal terapêutico adequado tem muitas vezes nos obrigado a lançar mão de recursos farmacológicos impróprios e eticamente contestáveis.

5) Por falta de novas contratações, cada médico psiquiatra está sendo forçado a atender, em média, 70 pacientes, quando a Portaria 224, do Ministério da Saúde, determina que o número máximo de pacientes psiquiátricos para cada médico não deve exceder a 40. Tal situação não apenas caracteriza uma afronta à determinação soberana do Ministério da Saúde, como um ato claro de exploração do trabalho médico por parte do governo do Estado do Paraná.

É importante ressaltar, mais uma vez, o competente esforço da atual Administração Geral e Administrativa do Complexo Médico Penal no sentido de minorar as agruras dos pacientes e da Unidade como um todo, mas, como já fizemos notar, a solução dos problemas levantados envolve, necessariamente, decisões de ordem política e não pode ser conseguida sem a vontade do governo do Estado.

Finalizando, faz-se mister acrescentar que a decisão dos médicos psiquiatras de paralisar suas atividades como forma de protesto contra as condições de trabalho também encontra amparo no artigo 22 do Código de Ética Médica, que garante ao médico o direito de “apontar falhas nos regulamentos e normas da instituição em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício da profissão ou prejudiciais ao paciente, devendo dirigir-se, nesses casos, aos órgãos competentes e, obrigatoriamente, à Comissão de Ética e ao Conselho Regional de Medicina”.

Uma vez que a Comissão de Ética não existe dentro do Complexo Médico-Penal, o inteiro teor deste documento está sendo enviado diretamente ao Conselho

Regional de Medicina, já de antemão solicitado a averiguar a veracidade das afirmações aqui contidas.

Atenciosamente,

(aa) DR.ROBERTO HENRIQUE ANDERSEN

Psiquiatria - CMP

CRM 7073

DRA. MARIA AMÉLIA TAVARES

Psiquiatria - CRM 6526

DRA.MÔNICA HOSOUME

Psiquiatra - CRM 13164"

Para terminar então, senhor presidente e senhores deputados, peço, mais uma vez, em nome da minha categoria, que é sempre uma dificuldade trazer aqui todos os anseios, conseguir contemplar aqui todas as necessidades, tudo aqui que está na garganta e que essas pessoas gostariam de gritar nesse momento.

Peço a Vossas Excelências que por favor, sensibilizem esse governo e que nos apresentem uma proposta digna e justa, porque não podemos nunca mais aceitar e conviver com uma situação como a que vivemos ontem, de ver o patrimônio público se esvair em chamas, de ver agentes penitenciários sendo jogados marquise abaixo, de ver famílias desesperadas pelos seus trabalhadores e nada poderem fazer.

Senhores deputados, está, com certeza, em vossas mãos, está na vontade política de coibir esse tipo de desmanche do Estado, de coibir esse tipo de cena política que vimos ontem; isso é uma questão de decisão política, é uma questão de saber o que é priorizar. E estamos pedindo, aqui, que esta Casa priorize os mínimos sociais, que priorize o patrimônio público. Mas que, antes de tudo, valorize esta classe profissional, esses servidores que dão sua vida, que dão seu suor, que estão longe de suas famílias, que entram nas penitenciárias e nunca sabem se de lá sairão com vida.

Que nossos patrimônios sejam cuidados, que se mantenham sempre da forma como foram construídos, mas que nossas vidas sejam sempre preservadas. Que nunca mais precisemos vir a esta tribuna, senhores, para trazer um companheiro como esse que num esforço veio hoje dar o seu apoio, dar o seu testemunho. Que nunca mais tenhamos outra vítima do descaso e da irresponsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Presidência informa à senhora Sandra Duarte que havendo recebido e protocolado a pauta de reivindicações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de maio de 2000, bem como, a carta, determinamos que a Assessoria da Mesa faça fotocópia desses documentos, distribua para os gabinetes parlamentares para conhecimento de todos os deputados. Da mesma forma agradece a todos que aqui vieram.

Obrigado pela presença de vocês.

Queremos registrar a presença do deputado Miguel Valor Peidro que é vice-presidente da Comunidade Valenciana, Espanha, que aqui está conosco. O acompanhante: Luiz Arthur Montes Ribeiro, do Conselho Estadual da Cultura; senhora Adenir Roitman, Coordenadora da Cultura Brasil-Espanha; Adrian Espí Valdéz e Cayo Miguel Angel Martin Cristóbal, Diretor do Centro Cultural Brasil-Espanha em Curitiba.

Agradecemos a presença de todos, desejamos que os mesmos tenham, em nosso meio, a melhor das estadias e concede a palavra ao senhor Miguel Peidro.

O SR. MIGUEL PEIDRO

Ilustríssimo senhor presidente deputada e deputados.

Como vice-presidente da Comunidade Valenciana, trago a saudação de nossa comunidade, e também convidar-lhes a uma exposição que estamos fazendo nesta Casa.

Uma exposição de pintores mediterrâneos, pintores com uma luz incrível que estão em nossa terra, a comunidade valenciana.

Agradecemos a colaboração deste Estado brasileiro e o Estado Espanhol, esta exposição é o princípio de uma série em cooperação Brasil - Espanha.

Agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Nós uma vez mais registramos essa visita e tão logo o encerramento da sessão, os nossos deputados terão o maior prazer em ter um encontro maior com Vossa Excelência.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Passamos ao horário das Lideranças: PPB, usou da palavra o deputado Orlando Pessuti.

PPB, consulto a Liderança para uso de seu horário.

Havendo declinado, Liderança PSL.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PST.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Gostaria de lembrar aos nobres pares que amanhã teremos uma sessão solene muito importante nesta Casa, quando o secretário de Trabalho, Carvalhinho, vai receber o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Quero lembrar a todos os companheiros da importância desse evento que foi uma feliz iniciativa do deputado Beraldin, a outorga desse título e por unanimidade foi aprovado por esta Casa.

Então, amanhã, às 15:30 horas, aqui no Plenário desta Casa, este ilustre paranaense José Carlos Gomes de Carvalho, mais conhecido carinhosamente como Carvalhinho, secretário de Trabalho, também presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, grande líder, mentor do trabalhismo do Paraná, vai receber esse título tão merecido e tenho certeza que a presença dos senhores deputados vai ser muito importante, porque momentos de homenagens como este servem para estimular outros

cidadãos paranaenses a seguirem o caminho que segue o Carvalhinho, dando de si, sem pensar em si, trabalhando em prol do nosso Paraná, gerando emprego, estimulando iniciativas, enfim fazendo um trabalho que orgulha a todos nós paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa reforça a solicitação, em razão de ser indiscutivelmente um paranaense que merece o respeito do Paraná e desse Parlamento.

Liderança do PSDB, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores e senhoras.

Cumprimento a líder sindical, Sandra Duarte, presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná, que aqui fez uma exposição extremamente comovente, firme e bem apropriada no momento em que a sua classe vive um período de reivindicação, e sobretudo, depois do episódio da penitenciária de Piraquara.

Senhor presidente, a questão de segurança do Paraná, a cada dia que passa e a cada momento em, que você faz análise, que você desdobra essas questões, ela se agrava. Se antes tínhamos no desmando, na falta de coordenação, na desmoralização da vinculação com o crime organizado, com o desmanche, o narcotráfico, a corrupção ativa e passiva, hoje começamos a observar que os carros, os veículos do nosso sistema de Segurança começam a baixar, termo usado e técnico dentro da corporação, dos pátios das cadeias públicas, dos pátios das delegacias, dos pátios dos pelotões, das companhias, e, por que não dizer, até dos batalhões, porque falta recursos para fazer a manutenção destes veículos tão importantes como peça de apoio à vigilância e, sobretudo, a própria tática da Segurança no nosso Estado. Mas, se falta recursos, os meios, nós estamos a observar, senhor presidente, senhores deputados, que as manchetes nos jornais trazem mais coisas do que isso, por exemplo, o jornal da nossa cidade de Londrina, o JL: “policiais civis também fazem paralisação.”

E aqui, através da presidente do Sindicato, o Sindospol, ela traz a situação de penúria, de desagregação em que vive a nossa Polícia do nosso Estado. Traz ela a informação: “que em 1982 quando o Paraná tinha 7 milhões e 750 mil habitantes, a Polícia Civil já era um quadro confirmado de aproximadamente 6 mil componentes. Hoje, dezoito anos depois, a população atinge, a casa dos 10 milhões de habitantes, o crime avançou não só em quantidade, em números, mas também na ousadia, e nós temos 3 mil policiais civis, ao enquanto deveríamos ter 7 mil e quinhentos funcionários. Estamos com 45% da capacidade desses homens dentro da força da Polícia Civil desaparelhados, sem salário, sem estímulo, e ainda com uma estrutura corrompida, que a despeito do novo

secretário ter e estar fazendo mudanças, evidentemente não surte, não propicia a oxigenação e a limpeza daquilo que nós consideramos a parte podre da Polícia do nosso Estado. É grave, quando Londrina, a tomo como exemplo, devia ter 330 policiais e tem 53 policiais civis, quando tem 12 escrivães e aí o delegado ou mesmo o responsável pela delegacia passa a usar às vezes até de preso de confiança.

Ora! quando o sistema penitenciário precisa de preso de confiança para atuar como auxiliar de escrivão, é porque o sistema está efetivamente falido. Mas, ele faliu, por quê? Falta de recursos? Não. Como antes conseguia com recursos idênticos, talvez? Faliu pelo mal emprego dos recursos públicos. Faliu pelas contratações de carros além daquilo que seria justo porque hoje paga-se por um veículo do IML mais de cinco mil e duzentos reais por mês. Paga-se de aluguel, por um veículo de patrulhamento, três mil e quinhentos reais e aí falta o recurso para que o próprio policial possa atuar com dignidade e seriedade.

É por isso que não temos outra forma a não ser fazer a denúncia e a sociedade cobrar para que não cheguemos a situação que aqui chegou hoje esta senhora líder sindical, trazendo as agruras e o sentimento da sua própria corporação.

Esta Casa precisa mais, precisa conhecer os números porque não conhecemos os números, não sabemos como o governo efetivamente está empregando, só sabemos que não teremos logo mais a Copel, o Banestado, um banco que, em três meses, produziu um lucro de 122 milhões e será privatizado por pouco mais que quatrocentos milhões.

Este é o governo que faltou com a seriedade administrativa aos paranaenses porque além de levar o Estado do ponto de vista financeiro, à bancarrota, também levou à situação de desestruturação da nossa estrutura pública. Ontem foram os profissionais da saúde, e Londrina estampa as dificuldades que tem hoje o atendimento da saúde, em função da paralisação do HC, do HU e da Zona Norte. Ficando sem o atendimento destas instituições, o cidadão fica à mercê das dificuldades e precariedades no atendimento que hoje é feito pela Santa Casa de Misericórdia.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado José Maria, gostaria de refrescar sua memória de que Vossa Excelência pertence ao PSDB e poderia ajudar o Paraná e fazer com que seu presidente da República e o presidente do Banco Central não determinassem, tirasse a obrigatoriedade de privatização do Banestado. Vossa Excelência é do partido do presidente da República e poderia fazer este grande favor ao Paraná.

Outra questão: Vossa Excelência pertence ao partido que governa o Estado de São Paulo e não tem visto no Paraná o que tem acontecido em São Paulo.

A sua pregação é válida. Vossa Excelência fala genericamente, que não tem conhecimento dos números e quando não tem conhecimento dos números é porque não foi nesta Casa buscar os balanços mensais que estão aqui. Os números estão aqui e não mentem! Agora, o que acho engraçado é querer imputar ao governo do Estado, quando várias destas questões são de responsabilidade federal.

Então, Vossa Excelência, como pertence ao partido do presidente da República, poderia dar sua colaboração, transmitindo este desejo de Vossa Excelência, e talvez sensibilize o presidente, para que nós possamos não ter esta obrigatoriedade de privatizar o Banestado. Vossa Excelência sabe que o Banestado, desde o dia em que Jaime Lerner assumiu o governo, vinha no redesconto com uma grande soma de recursos e nós temos a carta do Banco Central, aonde dizia ao governador Jaime Lerner que naquela data iria intervir no Banestado, como interveio no Banespa. Vossa Excelência sabe disso.

Agora, o discurso pelo discurso, o discurso por ser Oposição aqui e ser governo lá, lá se age da mesma maneira que aqui: as dificuldades, um momento de ajuste econômico, um projeto econômico do seu Partido, aonde todas as responsabilidades das dificuldades que os Estados estão passando, hoje, principalmente, é do governo federal, pelas atitudes e pela recessão que este País enfrenta. E nós estamos lutando contra todas estas questões, procurando industrializar e mudar o perfil deste Estado para trazer melhores dias.

Quero dizer a Vossa Excelência pode fazer todas as suas colocações. Discordo de todas, mas vou defender até a morte que Vossa Excelência tenha o direito de falar o que bem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com a aquiescência do próprio líder do Governo, num aparte alongado, esta Presidência lhe concede 3 minutos para encerramento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Valdir Rossoni, pertença sim, ao PSDB, e não tenho nenhum desmérito em afirmar isso. Agora, o favor poderia fazer o Paraná de não privatizar o Banestado se o governo ao qual Vossa Excelência serve e lidera nesta Casa, tivesse a preocupação com a seriedade das contas, de trazer a público como foi quebrado o Banestado. Se Vossa Excelência tivesse condições de trazer a público como foi que quebrou o Banestado Leasing com 400 milhões e que não se falou, em nenhum momento, da preocupação em conhecer estes dados.

É por isso que o favor que Vossa Excelência pede a este deputado seria a desgraça do meu Estado, porque continuaria roubando o Banestado, como até aqui tem feito, e sem a preocupação de prestar contas à nossa população.

O governador que Vossa Excelência serve e ao governo, no dia 05 de janeiro de 95, numa de suas

primeiras aparições e manifestações ao povo paranaense, através da nossa imprensa, afirmou que o Estado do Paraná estava em excelentes condições. E que o banco era um banco efetivamente capaz de cumprir com seu mandamento, que era o de continuar a desenvolver e propiciar o desenvolvimento do Estado do Paraná, e que ele já tinha, e que seria pela 2ª vez, recebia o governo das mãos de Requião e nas duas recebeu um governo transparente, com as contas equilibradas.

Então, eu não sei se é Vossa Excelência que faz o discurso fácil ao seu governador, que na oportunidade faltou com a verdade.

Quanto ao balanço desta Casa, Vossa Excelência tem vindo, é um deputado assíduo, mas acho que está meio desatento com os requerimentos que são aprovados porque eu já encaminhei dois ofícios à Mesa e a esta Casa para conhecer os balanços do ano de 99, e até agora esta Casa, que tem obrigação de acompanhar a execução orçamentária, não está tendo condições nem de acesso ao balanço, às peças do balanço de 1999. É porque o seu governo tem dificuldade em mostrar o que ali acontece, tem dificuldade de mostrar o que acontece na Secretaria da Fazenda, tem dificuldade de mostrar o que acontece no Banestado, o que aconteceu nos Jogos Mundiais da Natureza, o vosso governo não tem condições de trazer a público essas informações; porque senão ele teria, com certeza, que abrir e pedir uma CPI nesta Casa para que pudesse acompanhar as atividades.

A dificuldade existe, nobre companheiro e o deputado Valdir Rossoni e o governo federal aumentou sim, a dívida pública brasileira, porque rolou a dívida de Estados como o nosso, e assumiu dívidas de Estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo.

É aí que efetivamente na nossa dívida nacional houve um grande incremento, porque houve, sim, rolagem de dívidas pela má administração como aqui se verifica no Estado do Paraná.

Favor faria, e faço ao meu povo e ao meu Estado, quando cumpro com zelo o trabalho a função de investigar e de acompanhar os atos do governo do Estado do Paraná, porque este é o nosso mandamento.

Muito obrigado, senhor presidente, pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Horário das Lideranças, consulto a Liderança da Oposição se fará uso do seu horário. Com a palavra, deputado Irineu Colombo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria me somar à reclamação do deputado José Maria de que essa Casa presta as informações dos balanços do Estado a este deputado, porque não é possível que a Mesa se furte a fornecer essas informações que são obrigatórias por lei a serem encaminhadas a esta Casa. E o governo do Estado, tenho

certeza, tem encaminhado a esta Casa, é só a mesa prestar as informações ao deputado que certamente ele vai dirimir as suas dúvidas. Quero me somar à reclamação do deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Rossoni, me valendo da sua questão de ordem, que é procedente, eu gostaria, mesmo exercendo a Presidência interinamente, solicitar que os órgãos competentes da Casa tornassem público aos senhores deputados os balancetes e os balanços que são dispositivos e obrigações constitucionais.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Deputado Rossoni, eu não estou reclamando; é um direito do deputado fazer a investigação, e não é só endereçado a este deputado, mas é à Casa. E eu reclamei não foi para ter os documentos como peça de propriedade do deputado José Maria, não reclamei; eu fiz o requerimento solicitando que o governo encaminhasse para cá com uma segunda cópia.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu vou encaminhar no Horário da Liderança porque pelo jeito o deputado José Maria está trocando as bolas.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Perfeito.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, para simples informação com relação a esse assunto que está em debate no Plenário, nós tivemos oportunidade de solicitar por várias vezes ao presidente Nelson Justus todo o balanço que foi entregue aqui pelo secretário da Fazenda que anunciava superavit financeiro. E acontece que ficou quatro dias aqui na Casa e o presidente me prometeu as cópias, ou pelo menos acesso aos documentos. Nós tínhamos dois economistas para analisar, e o Presidente, na ansiedade de remeter logo ao Tribunal de Contas, em quatro dias remeteu, efetivamente, e quando eu fui falar com um secretário, funcionário da Casa responsável pela guarda dos documentos, ele já havia remetido do Tribunal de Contas e aí ficou difícil ao presidente reaver ao Tribunal de Contas. E iria fazer uma solicitação, uma nova cópia ao governo, já que está nos arquivos de computador, para que nos mandasse de forma gentil, para que pudéssemos analisar.

Caso não consigamos, senhor presidente, iremos então analisar os documentos lá no Tribunal de Contas, já que é um órgão, é o nosso órgão acessório. Contudo temos uma dificuldade, tem uma cerca que nos separa ainda mais, além da separação formal que está existindo com o Tribunal de Contas, nós temos essa cerca, temos que dar a volta, e nós, que somos deputados de Oposição,

ficamos constrangidos em ficar passando na frente do palácio Iguazu ali para ir até o Tribunal de Contas.

O que venho tratar nessa tribuna é com relação à greve dos professores. Tivemos a oportunidade de, hoje, pela manhã, nos manifestarmos na vigília, que está em frente a essa Assembléia, na praça, que pede audiência com o governador do Estado. Falamos naquela ocasião que por vias informais essa Assembléia havia constituído uma comissão, em que incorporava vários deputados, entre eles eu, os deputados Nelson Justus, presidente da Casa e o líder do Governo, Valdir Rossoni. Essas conversas têm ocorrido por telefone e em conjunto na sala do meu gabinete, na sala do deputado Valdir Rossoni e na sala da Presidência, conforme ocasião que o momento exige e por telefone, estamos construindo um caminho para propor flexibilização, tanto na postura do governo, que não quer abrir mão dentro de determinadas exigências da classe, como flexibilizar o lado dos grevistas.

Senhor presidente gostaria de informar a esta Casa que hoje pela manhã, das várias conversas, conseguimos propor, eu e o deputado Rossoni e alinhávamos no papel alguns pontos que poderiam ser flexibilizados tanto de um lado como de outro. Esperamos e eu faço a conversa com a APP, pela proximidade que temos, o líder do governo, mais com a Casa Civil, com o próprio governo do Estado estamos construindo a quatro mãos, com a participação de vários deputados, como mencionou aqui o deputado Orlando Pessuti, uma possibilidade de flexibilização e posterior aprovação do governo e a aprovação dos grevistas com uma saída da greve, com saldo positivo, evidentemente, para os dois lados.

Estamos com boas perspectivas. Estamos preocupados com a greve de fome, já vai entrando no seu 10º dia, é um momento crítico, há muita determinação por parte dos professores, como também entendemos que existem alguns avanços na proposta apresentada pelo governo, não aquilo que a classe queria, como aumento efetivo, mas pode-se estabelecer cronograma de discussão e visualizar possibilidades outras, inclusive, com relação à hora-atividade, que estamos construindo o caminho. Vale a pena reafirmar aqui para que amanhã, porventura, saia uma solução ou poderemos ter a triste notícia que a coisa empacou, voltou atrás. Mas está sendo um esforço, senhor presidente, desta Casa de Leis, da Bancada da Oposição, da Bancada da Situação, no sentido de construir caminhos para a solução da greve, para uma saída boa da greve. Existe a sensibilidade de todos os lados, para que esse caminho seja construído.

Temos essa informação, senhor presidente e espero que amanhã, quem sabe, tenhamos uma audiência com o governador do Estado e que ele assuma, saia um pouco da sua intransigência e assuma uma postura de planejar possíveis reposições para a classe, que surja um grande alento, além das propostas que já tem. Acho que é possível o governo propor mais do que está pensando em propor. É possível avançar e o governo tem condições.

Se até agora o governo do Estado Jaime Lerner, no seu dia a dia, toda manhã, em que levantava para ir ao Palácio, não colocava no seu planejamento diário a causa dos professores, porque entendia que os diretores estavam tranquilos e Faxinal do Céu tinha cumprido a sua missão e que achavam que os professores não poderiam se mobilizar. De agora em diante, acho que o governo coloca a partir de já, em uma greve tão contundente e forte, no seu planejamento diário, a possibilidade de reposição salarial e tratar com mais dignidade os professores do Paraná.

.Muito obrigado. Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Embora não protocolar, gostaria de registrar aqui, nos Anais da Casa, que a imprensa registrasse, porque tantas e tantas vezes esse poder é contestado, esse esforço que a Liderança do governo e a Liderança das Oposições, esquecendo divergências políticas têm feito, em nome desse Parlamento, para intermediar uma greve desses servidores públicos, que todos esperamos acabe saindo a contento de todas as partes.

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, só farei uso por alguns segundos, do Horário da Liderança do Governo - eu iria responder ao deputado José Maria, mas acredito que pela presença dos senhores parlamentares ser pequena, deixarei para segunda-feira.

Quero agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela atitude que não é uma questão de requerer segunda via de balancetes obrigatórios, que têm que ser entregues a esta Casa. Então por isso quero agradecer a Vossa Excelência pela atitude tomada, porque não podem ser negadas estas informações aos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Mesa registra, com satisfação a presença do jovem João Henrique Zuk, filho do nosso deputado Luiz Carlos Zuk, que visita seu pai e este Parlamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Para dois comunicados, senhor presidente. O primeiro, um comunicado evidentemente triste, para todos nós, Recebemos, ainda há pouco a notícia do falecimento de uma das grandes figuras deste Estado e principalmente de Curitiba, o Campinho, da dupla Campinho e Campeiro. Faleceu hoje e fomos informados de seu falecimento ainda há pouco.

Um outro comunicado que nos alegra, também ligado à música sertaneja. Está aqui na tribuna de honra desta Casa, abraçando o deputado José Maria Ferreira, o Mexicano, da dupla Mensageiro e Mexicano. Sem sombra de dúvida uma das duplas mais tradicionais do Estado do Paraná que, ao longo das últimas décadas divulgou a música sertaneja por este Estado e por este País, que vem

agora do lançamento do seu novo CD. Está aí o Mexicano, nosso amigo de mais de 20 anos, agradecer o apoio que teve de parlamentares desta Casa, na edição de seu novo CD.

Obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Ofício nº 020/2000, subscrito pelo senhor presidente do SINSSP, constante do expediente, solicitando a ocupação da Tribuna Livre na Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, para apresentarem à Presidência desta Casa de Leis, a situação da categoria dos servidores Penitenciários e sua pauta de reivindicações. **Dê-se conhecimento aos senhores parlamentares.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Ademir Bier, Irineu Colombo, Edson Strapasson, Nereu Moura e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 018/2000, de autoria da Comissão Executiva, que amplia às comissões permanentes do Mercosul, de direitos humanos e da cidadania e de defesa do consumidor, o disposto da Resolução nº 054/94.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Quinze (15) senhores deputados, não há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1046, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Cesar Seleme e José Maria Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1062 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei nº 051/2000, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. **Retirado pelo autor.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 018/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 572 e 647/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169. 295, 389, 641/99, 051, 096 e 164/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626/99 e 160/2000.

Convido ainda os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor José Carlos Gomes de Carvalho, a se realizar quinta-feira, dia 08, às 15h30.

Levanta-se a sessão.